

Reforma produtiva

JORNAL DO BRASIL

LÚCIO ALCÂNTARA *

Diante de incidentes lamentáveis como o de Corumbiara, em Rondônia, deveria a nação refletir de modo mais profundo sobre a situação dos sem-terra e a necessidade de acelerar o processo de reforma agrária. É fundamental que o Incra possa identificar as terras passíveis de desapropriação sem ter que esperar a prévia sinalização do movimento político organizado dos trabalhadores sem terra, muitas vezes com as graves conseqüências registradas naquela ocasião.

Da mesma maneira que se discutem reformas profundas no tratamento das questões do Estado, dentro de um esquema de globalização da economia e do processo de reengenharia do governo, é preciso com o mesmo vigor abrir um novo debate que incorpore uma crítica às formas ultrapassadas de abordar a questão da reforma agrária. Para isso, é preciso que se faça uma avaliação de todas as tentativas anteriores de melhorar o perfil de distribuição de terras no país, que não chegaram a resultados satisfatórios e até contribuíram, por diversos motivos, para a construção de verdadeiras favelas no campo.

* Confundiu-se reforma agrária com mera distri-

buição de terra. Assentar, apenas, não resolve. O próprio assentado tem de possuir tradição de trabalhar com agricultura e ser treinado para saber superar os complexos desafios da atividade. Está claro ainda que o Brasil somente responderá à questão satisfatoriamente se atacar o problema rural em todos os seus aspectos: transporte, crédito, armazenagem, preços mínimos, tributos, etc.

Apenas para exemplificar, estudos recentes verificam que somente a taxa de indireta pode chegar a 20% do valor bruto da produção agrícola, sem contar o que já vem embutido nos insumos, mais o Imposto de Renda Territorial Rural. A solução não está apenas no campo. Nesse caso, passa pela reforma tributária.

A questão de transporte é um fator determinante de competitividade. Enquanto os Estados Unidos e Argentina gastam entre 14 e 15 dólares para transportar a soja até o porto, no Brasil chegou-se a gastar 28 dólares. Pelas nossas rodovias esburacadas passam 70% das cargas, contra 25% nos EUA e 18% na Alemanha, que preferem trens e navios.

Tudo isso para demonstrar que a questão da reforma agrária, às vezes politizada em excesso, tem seu êxito comprometido com diversos fatores eco-

nômicos que não podem ser isolados da discussão do problema. O simples aumento de produtividade geraria recursos suficientes para empregar muitos sem terra, minorando o problema social.

Nossa idéia central é que é necessário um novo cadastramento, garantindo que os especuladores não forneçam informações falsas sobre suas terras. Em seguida, é preciso desapropriar terras ociosas e elaborar uma política agrária descentralizada, com aberta participação dos órgãos estaduais e municipais e de representações da sociedade civil. Quem trabalha nas diversas regiões conhece melhor suas necessidades do que qualquer técnico do Governo Federal. Além de demonstrar aptidão para atividades agrícolas, os assentados devem ser treinados e assistidos, como dissemos.

A reforma agrária não pode ser um recurso assistencialista e ineficaz, tampouco um instrumento de radicalização ideológica. Precisa ser produtiva em seus fins e participativa nos meios de implementação. E será eficiente na medida em que foram encaminhadas soluções globais para a questão rural como um todo.